

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

## **DA SECOYA - 2003**

### **Projeto de Educação bilíngüe e apoio institucional**

**Manaus: maio de 2004**

# **INDICE**

## **I INTRODUÇÃO**

## **II CONTEXTUALIZAÇÃO**

## **III ATIVIDADES REALIZADAS**

- **Quadro de monitoria e acompanhamento das atividades**

## **IV METODOLOGIA APLICADA**

- **Dinâmica de trabalho**
- **Curso de formação**
- **Dificuldades**
- **Resultados obtidos**

## **VI PARCERIAS**

## **VI EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS**

## I. INTRODUÇÃO

Este relatório pretende apresentar uma visão abrangente da Secoya ao longo deste ano 2003, expondo suas atividades, dificuldades, desafios tanto no âmbito institucional quanto de modo específico no setor de educação. Tem como principal suporte informações trazidas de área pelos profissionais que atuam em campo. Procuramos, ao longo deste ano, consolidar mais a nossa articulação inter-setorial, com o objetivo de dinamizar e potencializar os nossos recursos tanto humanos quanto financeiros.

No decorrer de 2003, inúmeras atividades foram realizadas pelo Programa de Educação, todas elas visando à melhoria do serviço prestado por nós a população envolvida. Procuramos atuar de modo articulado, envolvendo os diversos setores da organização, assim como ampliar a nossa atuação no âmbito das políticas públicas no que diz respeito à representatividade junto as esferas públicas administrativas.

Demos continuidade em 2003 ao projeto “Melhoria alimentar e resgate cultural” em parceria com o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI, com o objetivo de suprir os problemas nutricionais principalmente das crianças até 05 anos, e realizar um trabalho junto as comunidade do Marauíá na perspectiva de valorizar práticas agrícolas tradicionais assim como introduzir o plantio de árvores frutíferas que venha complementar a dieta dos Yanomami nas comunidades que sofreram maiores interferências.

Além disso, a eleição do novo governo Lula criou uma série de expectativas no campo social e em particular em torno da redefinição da política indigenista e reconhecimento efetivo dos direitos indígenas, entre eles a demarcação das terras indígenas, que, nesse primeiro ano de governo, não foi correspondida. Isto refletiu-se também na condução do programa de saúde desenvolvido através do Convênio firmado com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, passando por uma série de dificuldade por conta das indefinições e mudanças constantemente realizadas na forma de gestão política e administrativa dos DSEI’s, gerando com isto muitas incertezas e problemas na execução das ações de saúde junto às comunidades Yanomami.

Um dos maiores desafios sofrido este ano se deve a grande rotatividade de profissionais, principalmente de nível superior e no campo da saúde, causando enorme desgaste institucional em função do tempo e energia gasta no processo de seleção e contratação dos profissionais assim como de sua preparação para um trabalho tão específico. Este problema é para nós a comprovação que justifica mais do que nunca a nossa estratégia de apostar cada vez mais na capacitação e formação dos próprios Yanomami, contribuindo para que possam participar e discutir efetivamente e com conhecimento de causa das questões, projetos, iniciativas que lhes dizem direta ou indiretamente respeito. Temos, dessa forma, procurado intensificar as nossas ações em 2003, apesar das limitações de pessoas e recursos específicos, que venham favorecer o controle social efetivo das ações desenvolvidas em suas terras através de capacitações, encontros, e constantes discussões.

Queremos aproveitar o ensejo para manifestar os nossos sinceros agradecimentos para a Terre des Hommes – Suíça/Genebra, e para a Broderlijk delen e a Plato Stiftung, que não tem medido esforço para nos apoiar em nossa empreitada e sem os quais não teria sido possível avançar na consecução de nossos objetivos junto ao povo Yanomami. Agradecemos individualmente cada uma das pessoas destas entidades de cooperação, que, alguma forma, contribui para em algum ponto desta cadeia de trabalho até que os projetos possam ser aprovados e os recursos chegar até nós. Entendemos que todas

atividades realizadas e que muitas vezes não aparecem, representam esta verdadeira solidariedade fundamental para construirmos um mundo melhor. O nosso objetivo é realimente este, fazer com que a relação, os trabalhos, os objetivos por nós preconizados sejam sustentados com muita humanidade e dedicação.

## II CONTEXTUALIZAÇÃO

A SECOYA entende que para a autonomia do povo yanomami se tornar uma realidade, a educação representa uma frente de trabalho fundamental, uma vez que é através dela que se tornam compreensíveis para os yanomami, as questões políticas e sociais que os envolve, tanto no cenário nacional, quanto em relação a especificidade das ações desenvolvidas em suas terras nas áreas de saúde, educação ou ainda de auto sustentação. Pois passam a ter uma base mais sólida com a afirmação do que querem, como querem, e principalmente, como se deve administrar tudo isso, compreender todo um universo tão longe de sua realidade. Por isso não é uma tarefa fácil de ser implementada, uma vez que envolve questões culturais, sociais, econômicas e principalmente políticas e uma diversidade de interesses dos vários atores com os quais se relacionam.

Ao longo da nossa experiência, procuramos construir bases mais sólidas para que o nosso trabalho pudesse atender essa diversidade e complexidade da realidade Yanomami no contexto atual, nos adequando a realidade do povo mas ficando atentos para estas questões conjunturais maiores e que têm de fato uma incidência importante sobre a sua realidade.

Atuamos com realidades bastante distintas nas três regiões dos rios Demini, Marauíá e Padauri. Em alguns xapono (casa comunitária), nunca houve nenhum processo de escolarização, outros se encontram em vias de alfabetização, sendo que alguns falam muito pouco o português, sem dominar a escrita e a leitura, em outras situações, já estão bem familiarizados com os processos escolares, falando e escrevendo bem o português, tendo domínio também na língua materna e possuindo conhecimentos em outras campos tais como: matemática, português, educação em saúde, etc...

Os Yanomami estão determinados, dentro da realidade atual, a avançar no processo da alfabetização e o ensino bilíngüe e assim como no reconhecimento da pluralidade cultural, se preparando para novas situações da política educacional proposta pelo Conselho de Educação Escolar Indígena - CEEI-Am do Amazonas, entrando em cena no debate referente à construção cotidiana das escolas indígenas, específicas e diferenciadas. Aí se justifica a participação no cenário das políticas públicas governamentais e não governamentais por serem de fundamental importância para o reconhecimento do trabalho que realizamos e pela nossa luta pelo reconhecimento das escolas e professores. Atualmente, muitas das escolas indígenas são reconhecidas pelo governo, e com isso passam a serem beneficiadas de uma infra-estrutura adequadas, merenda escolar, pagamento dos professores, enfim o estado assumindo de fato a sua obrigação constitucional.

A política do governo brasileiro atual (Governo Lula), no que diz respeito aos povos indígenas do Brasil, deixa muito a desejar. A política indigenista é antiquada, defasada, sucateada e não tem base suficiente para atender um contingente populacional de mais de 700 mil indígenas. A política de trabalho entre os diversos Ministérios envolvidos não está articulada, cada qual defendendo os seus interesses que muitas vezes são desfavoráveis quando não antagônicos aos interesses indígenas. Toda uma projeção do Programa Fome Zero na definição de uma Política Nacional de Etno-desenvolvimento e Segurança Alimentar para os povos indígenas não atende as demandas efetivas da população colocando-a mais uma vez numa condição de passividade e de assistida.

Nesse sentido, o que de mais conciso e semelhante ao seu tema aconteceu, foi o início das conversações entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e o novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome I, colocando de um lado o Banco Mundial, e do outro as lideranças indígenas, por um terceiro, visando que o programa de transferência de renda denominado

Bolsa-Família seja estendido a populações indígenas. A ineficiência de uma política indigenista tem gerado inúmeros conflitos de ordem social, cultural e econômica, pois não há um organismo que norteie as ações nesse campo, deixando aí um grande vácuo. Tornaram-se comuns a todos os meios de comunicação as manchetes referindo-se a inúmeros confrontos pela demarcação de terras, ainda inúmeros manifestos contrários a alteração da sistemática de execução dos serviços de atenção à saúde dos índios. Nos mandatos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a saúde indígena havia sido reestruturada, passando a ser gerida por meio de convênios regionalizados entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), de um lado, e secretarias estaduais, prefeituras municipais, organizações indígenas e organizações não-governamentais, de outro, no âmbito dos chamados DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas).

Novos convênios, portanto, em novas bases, estão sendo propostos e negociados Brasil a fora pela FUNASA. E segundo este novo modelo a FUNASA, retornaria a situação de executora direta, das ações, um modelo que já foi tentado antes, foi um grande fracasso, pois para isso é necessário recursos humanos qualificados, o que não faz parte da realidade da mesma. O resultado desse novo modelo ainda é indefinido, mesmo assim tudo indica simplesmente, que pouco será considerado o conhecimento e experiência acumulado por inúmeras organizações ao longo do tempo, no trabalho direto com a realidade de cada área. E ainda haverá transferência de ônus administrativos e trabalhistas a ONGs e organizações indígenas de controle social. Em suma ocorrerá uma grande reviravolta no que trata dos DSEIs.

No cenário educacional em âmbito nacional, o novo comando do setor pertinente do Ministério da Educação (CGEEI/ MEC) tem-se empenhado, sobretudo, em garantir que informações referentes aos mecanismos de financiamento do setor cheguem de fato a quem se deve; aos professores e organizações indígenas, e também às ONGs e outros assessores do campo, pois são quem realmente estão a frente do trabalho. Trata-se de uma disposição da CGEEI, certamente necessária, mas insuficiente, em fomentar o chamado controle social dos gastos que Secretarias estaduais e municipais estão obrigadas por Lei a efetuar com a educação escolar indígena, mas que em muitos casos não se realizam adequadamente, é devido a isso que lutamos pelo reconhecimento das nossas escolas, pois é um direito nosso, sabido e visto por todos, mas até que este seja de fato e de direito reconhecido, ainda temos que passar por inúmeros procedimentos, que nos levarão ao reconhecimento das escolas yanomami da área que atuamos, pois é um processo lento cheio de entraves. Há também iniciativas tímidas e por enquanto pouco desenvolvidas no sentido de estender a política de educação escolar indígena aos níveis médio e superior, no estado do Amazonas, em algumas localidades isso já é uma realidade, graças ao trabalho sistêmico e organizado das organizações e órgãos indígenas e indigenistas, que se voltam especialmente para essas questões.

Mas nosso compromisso é lutar e defender o povo yanomami. Nos propusemos a esta árdua tarefa por entender que este seja a única forma de levá-los a terem autonomia, conquistar seu espaço na sociedade nacional e lutar para mantê-lo. Esse trabalho que vamos continuar a fazer, independente, das reviravoltas do nosso governo, e para isso contamos com a ajuda de nossos aliados e financiadores, que acreditam na causa, no povo, e que podemos realizar o trabalho com êxito.

Este relatório apresenta de maneira sucinta as atividades realizadas na educação escolar indígena, procurando repassar um pouco desse enorme desafio que é de construir uma proposta pedagógica num contexto em que confrontamo-nos permanentemente a manifestações culturais e lingüísticas distintas. Nessa perspectiva, a ação da Secoya volta-se integralmente no desenvolvimento diferenciado da etno-educação yanomami, de modo participativo, através do envolvimento dos professores, agentes indígenas de saúde e principalmente lideranças tradicionais.

### III ATIVIDADES REALIZADAS

Em 2003, realizamos muitos novos feitos, procurando dar continuidade a processos iniciados anteriormente e qualificar as nossas ações com prioridade absoluta às atividades de campo, além de criar progressivamente as condições adequadas de supervisão e acompanhamento a partir da definição de estratégias educacionais e pedagógicas claras e condizentes com a realidade do povo Yanomami. Nesse sentido, demos um enfoque particular à presença mais regular da nossa equipe nas escolas do Marauíá e Demini, procurando suprir as deficiências observadas anteriormente. Nesse sentido, foi contratada uma supervisora de campo cuja tarefa principal se deu no sentido de monitorar, respaldar e assessorar o trabalho dos professores tanto napë (não-indígena) quanto Yanomami, assim como de viabilizar um elo permanente entre a área e a coordenação educacional em Manaus.

Além disso, procurou-se avançar na formação dos professores Yanomami, com um acompanhamento direto em sala de aula e a realização da IV etapa do processo de formação dos mesmos, em parceria com outras instituições envolvidas na educação diferenciada Yanomami, principalmente a CCPY.

Ao longo de 2003, a coordenação educacional orientou suas ações na perspectiva de consolidar politicamente as atividades da Secoya neste campo, participando de seminários e encontros voltados para a questão da educação indígena e procurando dar visibilidade às ações feitas em campo. Nesta perspectiva, reforçou o trabalho político junto a Secretaria Estadual de Educação-SEDUC, junto ao Ministério de Educação-MEC e ao Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas-CEEI/AM, conseguindo garantir uma vaga de Conselheiro para um professor Yanomami. Na educação, houve ainda um esforço considerável realizado na perspectiva de avançar no processo de reconhecimento das escolas Yanomami e do curso de formação dos professores em curso. Contudo, trata-se de um processo lento, difícil e que levará tempo.

O fato de que a educação indígena é de responsabilidade dos Estado e Municípios não facilita as coisas, dependendo da boa vontade e do interesse tido para a questão indígena dessas pessoas que ocupam lugares de grande relevância para a educação indígena. a Secoya participou ativamente de duas Audiências Públicas promovidas pelo Ministério Público Federal (em maio ..... ) com o objetivo de discutir a situação da Educação Escolar Indígena, e nas quais houve um termo de compromisso das instituições governamentais a fim de avançar no processo de consolidação e reconhecimento das escolas indígenas e dos cursos de formação dos professores. Infelizmente, até o presente momento, nada disso foi colocado em prática e o Ministério Público está trabalhando na perspectiva de mover uma Ação Pública contra o Estado para garantir a execução das medidas educacionais acordadas.

Diversas atividades inseridas no Plano de Trabalho 2003 não puderam ser executadas por falta de recursos financeiros. Não conseguimos de fato cobrir a totalidade da previsão orçamentária prevista. Por conta disso, demos prioridade absoluta às atividades educacionais e pedagógicas em campo, deixando de realizar a construção ou reforma de escolas, as viagens de intercâmbio e a contratação de um profissional para a diagramação dos materiais didáticos. Tampouco foi possível colaborar com a gratificação de todos os professores Yanomami envolvidos no processo, sendo que dez deles atuam de modo completamente voluntário. Tal diferenciação está criando uma situação difícil que não temos como sustentar mais.

Além disso, a Secoya tem trabalhado de modo significativo no sentido de melhorar a articulação e atividades de intercâmbios entre os três setores de trabalho da Secoya, assim como desenvolver mecanismos mais apropriados de gestão e monitoria de cada um deles.

Um outro aspecto importante do trabalho da Secoya deve ser salientado, com atividades voltadas para favorecer o controle social e a participação dos Yanomami em instâncias políticas que discutem questões de seu interesse. Dessa foram, três Yanomami participaram da Assembléia Geral da Secoya na qualidade de membros da Instituição. Na ocasião apresentam as suas reivindicações e colaboram na perspectiva de que seja dado ouvido as colocações, sugestões das lideranças tradicionais.

Da mesma forma, vem organizando encontros de controle social em área, procurando estimular a participação dos Yanomami nos diversos programas de trabalho. É a oportunidade de envolver os Agentes Indígenas de Saúde, os professores e lideranças Yanomami e repassar informações com o objetivo de que possam compreender os desafios e a natureza dos trabalhos efetuados, assim como serem ouvidos com todo o respeito necessário. Isto nem sempre é fácil, considerando a complexidades de questões tais como o Convênio realizado pela Secoya com a FUNASA e os problemas decorrentes da gestão política do Distrito Sanitário Especial Indígena-DSY. Apóia ainda a participação dos Conselheiros Yanomami que integram o Conselho Distrital e participam dos encontros semestrais em Boa Vista/RR.

Este tipo de trabalho representa uma preocupação institucional, e a Secoya pretende não apenas intensificar, mas qualificar a participação dos Yanomami nestas diversas instâncias, única forma de adquirem os instrumentos e as informações necessárias em busca de sua autonomia.

Além disso, no programa PDPI, foi formada uma Comissão indígena composta por lideranças tradicionais, professores e membros das comunidades, com o objetivo de acompanhar de perto a execução do projeto nas diversas aldeias. Dessa forma, mudanças e adequações já foram realizadas a partir da sugestão e colaboração dos Yanomami.

É necessário salientar que a Secoya, além de sua ação diretamente voltada para o povo Yanomami, tem contribuído com o movimento indígena amazônico, assessorando a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB, e prestando assessorias pontuais para outras organizações indígenas regionais ( Conselho Indígena do Vale do Javari-CIVAJA; Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus, etc.).

Além disso co-realizou em 2003 o I Encontro Estadual de Educação Popular e Saúde-ANEPS em parceria com o Ministério da Saúde e da Educação, na perspectiva de valorizar pequenas experiências informais de educação popular e saúde. Integra hoje a equipe de coordenação estadual desta articulação popular. O interessante desta iniciativa é que se trata de um movimento relativamente novo, que se caracteriza por dar vez e voz aquelas pessoas que prestam um grande trabalho para a sociedade, mas no entanto permanecem no esquecimento e na informalidade, como é o caso das rezadeiras, benzedeiras, de propostas educacionais localizadas e alternativas, de artes cênicas e culturais tradicionais, em suma, esses saberes do povão.

Estas atividades, que não integraram diretamente a proposta de trabalho da Secoya, vêm se dando no intuito de colaborar com o movimento indígena e iniciativas que valorizam as experiências populares, considerando a grande demanda existente no estado do Amazonas neste campo. Tais atividades foram importantes no sentido de consolidar uma postura coerente da Secoya em relação à educação e direitos das populações mais desfavorecidas, principalmente indígenas, neste recanto esquecido do país.

Apresentaremos a seguir um resumo das ações previstas e realizadas ao longo do ano 2003.



<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>				
<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>METAS</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
01. Participação de professores Yanomami em instâncias de controle social e político.	Qualidade da participação dos yanomami em trabalhos políticos que diz respeito a questões que lhes dizem respeito.	Ter representatividade qualificada nas esferas políticas, com domínio das questões debatidas.	Atualmente contamos com um conselheiro Yanomami, o Sr. Antônio Paquidari Dias, como membro do Conselho Estadual de Educação Indígena, e de três representantes Yanomami na qualidade de membros da Secoya. Além disso, dois outros Yanomami são Conselheiros Distritais no âmbito do Distrito Sanitário Especial Yanomami.	Trata-se de um trabalho lento, progressivo que exige muito tempo e paciência, repassando informações sistematizadas e simplificadas sobre o funcionamento da sociedade brasileira e das instâncias políticas em que os Yanomami marcam presença.
02. Encaminhamento e o acompanhamento de processos referentes à implantação da educação diferenciada, via governo federal, as instituições públicas	Lutar para que os direitos dos Yanomami seja reconhecido, no que diz respeito a educação cultura e espaço geográfico.	Lutar pelo reconhecimento das escolas Yanomami a partir do enfoque da educação escolar efetivamente diferenciada.	Um amplo trabalho vem sendo realizado na perspectiva de sensibilizar os órgãos responsáveis em visto deste reconhecimento. Contudo, ainda há um longo caminho a ser percorrido até a legalização dessas escolas. Demos entrada num processo oficial junto a SEDUC e ao MEC nesta perspectiva.	O fato da educação escolar indígena ser de responsabilidade tanto dos Estados quanto dos Municípios dificulta essa tarefa, uma vez que há interferência de interesses políticos escusos.
03. Promover articulações regulares com instâncias políticas que tratam da questão indígena e educacional tais como: FUNAI, SEDUC, CEEI, MEC, Procuradoria Geral da república, etc...	Impacto da ação política da Secoya junto a estas instâncias e resultados alcançados em termos de reconhecimento das propostas encaminhadas.	Fortalecer parcerias com essas instituições, acompanhar as discussões políticas e elaboração de novas Leis de educação, importantes para a formação dos professores e para o reconhecimento tanto da escola diferenciada quanto dos professores Yanomami.	Participação efetiva e qualitativa em reuniões, encontros, seminários com estas instituições., sendo fortalecidas diversas parcerias.	Este trabalho tampouco apresenta resultados a curto prazo. As mudanças são lentas, e a questão indígena não é prioridade, sendo necessário um constante trabalho de lobby político junto a diversas pessoas e instituições
<b>INSTITUCIONAIS</b>				
<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>METAS</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
01. Reforma da escola do Ixima.	A reforma da estrutura física da escola para atender uma comunidade de 171 pessoas, e 70 alunos.	Ter uma escola reformada comunidade para atender a demanda da mesma.	Não foi feita a reforma da escola por falta de recursos financeiros	Ambas escolas encontram-se em estado deplorável, com telhados furados, infiltrações, e a necessidade de troca da madeira, etc.
02. Reforma da escola do Ajuricaba.	A reforma da estrutura física para o atendimento de 52 alunos.	Ter uma escola estruturada para atender a comunidade.	Não conseguimos fazer a reforma da escola, por falta de recursos financeiros.	

03. Estruturação do setor de educação	Completar a equipe para atender toda a área que atendemos na educação.	Contratar um(a) auxiliar de escritório para dar suporte as atividades do setor em Manaus, 01 diagramador para atender as demandas do setor.	Foi contratada uma auxiliar de escritório, mas não o diagramador por falta de recursos financeiros.	
04. Construção das escolas de Raíta e Kona.	A construção física dessas escolas (fotos e relatórios físico-financeiros como meio de verificação) para atender uma população de 250 pessoas diretamente e 77 alunos.	Construir às escolas para atender as comunidades.	As escolas não foram construídas por falta de recurso financeiro.	
05. Participação ativa em intercâmbios com outras experiências educacionais diferenciadas.	Número de intercâmbios realizados. Número de Yanomami que participam dos intercâmbios. Qualidade das informações levantadas nestas experiências.	Aumentar a interatividade entre os yanomami e outros povos indígenas. Criar uma base para que os mesmos construam seus saberes.	Infelizmente não demos continuidade ao trabalho realizado por intercâmbios, por falta de recurso financeiro.	Contudo, procuramos possibilitar outras formas de intercâmbio dos Yanomami com atividades similares. Por exemplo, no desenvolvimento das atividades de controle social realizadas em Boa Vista e Manaus na ocasião do curso de formação e encontro de Conselhos.
06. O pagamento da gratificação de todos os professores yanomami.	Número de professores Yanomami gratificados pelo seu trabalho.	Viabilizar a gratificação de 20 professores Yanomami pelo trabalho realizado.	Somente 50% dos professores recebem gratificação, o que são 10 professores.	Isto criou uma situação difícil que exigiu muita cautela. Foram gratificados os professores mais antigos e envolvidos no processo, sendo que os outros atuaram nas salas de aula como voluntários.

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>METAS</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
01. Aprofundamento do conhecimento dos moradores e da realidade da região.	Qualidade das informações reunidas e sistematizadas.	Conhecer a realidade do povo para melhor atender suas necessidades.	Tal levantamento permitiu obtermos informações consistentes sobre a situação das comunidades, das escolas e das perspectivas de trabalho em cada localidade.	Dispondo dessas informações, tornamo-nos mais aptos para incidir sobre as políticas públicas em vista de mudanças para o reconhecimento das escolas Yanomami.
02. Realização do Censo nas escolas.	Número de alunos de famílias recenseadas, e qualidade das informações levantadas	Realizar um Censo em todos os Xaponos na perspectiva de definir estratégias mais clara assim como o devido controle social por parte da população.	Mantemos um banco de dados, baseados nos censos, que são atualizados bimestralmente, com informações atualizadas de famílias e alunos para cada comunidade.	Através do censo, podemos avaliar o impacto causado pela escola nas comunidades, e como percentual de alunas em face da população do xapono.
03. Sensibilização a respeito de outras realidades	Número de sessões de vídeo Fórum realizadas. Impacto	Fazer com que os yanomami tenham uma ampla visão do	Foram realizadas ao todo ..... sessões de vídeo fóruns,	Este trabalho é feito pelo professor Yanomami com supervisão direta

culturais através de Vídeo fóruns.	do conteúdo dessa prática na aprendizagem pelos alunos Yanomami.	mundo que os cerca, e também procurar cada vez mais a melhor maneira de repassar o conteúdo das informações.	conseguindo atrair muita atenção dos alunos e possibilitar o de informações importantes para os alunos.	do professor não Yanomami, pois se trata de uma atividade minuciosa que requer muita atenção de ambos, devido às traduções que têm que ser previamente trabalhadas visando assim, a melhor aplicabilidade do material e conseqüentemente o melhor aprendizado.
04. Acompanhamento e supervisão dos profissionais de educação em campo	Número de viagens de supervisão e número de professores supervisionados. (verificação através dos relatórios de supervisão, diários de classe e relatórios bimensais dos professores).	Melhorar a atuação dos profissionais em campo, promovendo com isso a melhoria do ensino.	Foram realizadas .... viagens de supervisão em campo, Este trabalho inovador está permitindo maior integração dos trabalhos de educação com o devido acompanhamento dos profissionais e professores Yanomami em área.	Esse trabalho é desenvolvido a partir de uma articulação conjunta entre a coordenação de campo e coordenação geral.
05. Implantação da Etno-Alfabetização (método político pedagógico)	Eficiência e adequação do método aplicado voltado para a realidade do povo.	Adequar o método político pedagógico capaz de atender a especificidade étnica e cultural do povo Yanomami.	Um método devidamente desenvolvido e aplicado nas escolas, a partir de uma premissa teórica construída e articulada com outros parceiros e com ampla discussão com os órgãos competentes	Temos dificuldades em trabalhar alguns temas transversais como psicologia, pedagogia aplicada à educação, e em alguns temas de geografia e história.
06. Etno-educação sobre a situação de risco em que vivem os Yanomami e outros povos indígenas no contato permanente.	Grau de conscientização dos alunos, professores Yanomami e das comunidades a respeito da relação de contato com a sociedade regional e nacional.	Conscientizar os Yanomami, através do processo educativo, das implicações (positivas e negativas) do contato com a sociedade nacional	Este trabalho esta contribuindo progressivamente com o melhor entendimento do funcionamento da sociedade brasileira e dos desafios que isto representa para um povo que se encontra ainda à margem da mesma.	A maior dificuldade se deve ao fato que os contatos tidos com a população circunvizinha de suas áreas têm sido muito violentos e carregados de preconceitos para com os Yanomami ( pescadores, garimpeiros, fazendeiros, piaçabeiros, políticos, etc..).
07. Formação de 20 professores yanomami.	Número de professores formados para dar continuidade ao trabalho realizado para atender a demanda de cada comunidade.	Preparar e formar 20 professores Yanomami para assumirem a fase de alfabetização, além de formá-los ao nível de magistério.	Atualmente temos 19 professores em formação.	Os professores Yanomami em formação vêm assumindo o processo de alfabetização e educação bilíngüe nas escolas, com a ajuda do professor não índio.
08. Adoção de um calendário diferenciado nas	Especificidade do calendário escolar diferenciado e	Estruturar um calendário escolar, como forma de	Um calendário foi estruturado e está sendo aplicado nas escolas	Este processo vem sendo discutido com as comunidades, procurando

escolas, respeitando os aspectos culturais do Yanomami.	efetivamente adaptado à realidade étnica e cultural do povo Yanomami.	valorizar a cultura, e fazê-los entender que a atividade educacional escolar é complementar às suas atividades culturais, não podendo ocorrer em detrimento das mesmas, tais como a caça, pesca, festas, os deslocamentos, etc...	Yanomami. Conseguimos organizar nossas ações para que estejam compatíveis com as atividades características dos yanomami, como caça, pesca, festas,etc.	valorizar a participação das mesmas na construção de um entendimento diferenciado do que é uma escola e como esta interage com as formas autóctones de ensino-aprendizagem.
09. Promover a capacitação dos professores não índios de nível médio para a atuação em área Yanomami.	Número de cursos realizados e nível de qualificação dos professores não índios para responder as demandas de um trabalho educacional específico.	Realizar dois cursos de formação no sentido de garantir que a atuação dos professores não índios corresponde a proposta pedagógica e a realidade específica das comunidades.	Foram realizados dois cursos de capacitação este ano, permitindo melhor capacitação dos professores não-índios.	Os conteúdos trabalhados foram: Legislação específica dos povos indígenas, antropologia específica da etnia Yanomami, afim de que este tivesse uma sensibilização com relação à cultura e pedagogia aplicada à educação diferenciada.

#### IV. METODOLOGIA APLICADA

Conhecer a realidade é fundamental antes de fazer qualquer trabalho voltado para as necessidades de um povo, sendo necessário analisar de modo criterioso as implicações de nossa ação, principalmente tratando-se do desenvolvimento de um trabalho onde tudo está por fazer e criar, onde a consolidação das práticas decorre diretamente das experiências vivenciadas no campo educacional. A compreensão do contexto cultural deve orientar diretamente as nossas ações nas escolas, junto aos alunos mas também junto à comunidade. Isto é ainda mais verdadeiro quando o ensino pretende ser bilíngüe e diferenciado, e

Nesse sentido, é fundamental que o planejamento educacional seja adaptado à realidade cultural, lingüística e sócio-econômica da população. Além de tudo isto, a realização das nossas metas deve garantir pleno respeito à cultura da sociedade Yanomami, através de um trabalho coeso e baseado em permanente avaliação. É precisa poder medir e compreender as conseqüências diretas de nossas atos (ou omissões) na cultura Yanomami.

Como é sabido, a Secoya trabalha em três linhas de trabalho diferenciadas, educação, saúde e auto-sustentação, sempre tendo os mesmos objetivos em comum, promover a autonomia do povo yanomami, defender seus direitos, e prepará-los para enfrentar as adversidades conforme estas se apresentem.

Procuramos garantir a devida interação entre os setores envolvidos, para que o trabalho seja executado do modo mais integrado possível. Não é possível, por exemplo, assumir determinada postura de trabalho na educação e outra na área de saúde. Isto tem sido difícil, pelo fato de que os profissionais de saúde são profissionalmente preparados para a saúde alopática, e não possuem, a princípio, a abertura necessária para perceber a saúde a partir de outro enfoque, mais integral, onde a saúde tradicional assume um papel fundamental. A exemplo disso, os problemas tidos e a energia gasta com a grande rotatividade de profissionais no campo da saúde, principalmente dos de nível superior.

Isto faz com que a Secoya procura sensibilizar, informar, orientar os seus profissionais a respeito da especificidade do trabalho com o povo Yanomami, num contexto cultural completamente distinto. Nessa perspectiva, organiza cursos de sensibilização antropológica e procura, sempre que possível analisar as ações a partir desse enfoque.

Estimulamos ainda os profissionais de campo, principalmente os coordenadores dos setores ou supervisores, a fazerem constante troca de informações e adquirem o hábito de ir solucionando os problemas na medida que vão surgindo, uma vez que trabalhamos com o mesmo público.

Para analisarmos e termos uma ampla visão do que acontece na organização, são feitas reuniões de planejamento das coordenações, encontros de todos os profissionais de área, das bases de trabalho nas cidades ( Santa Isabel, Barcelos e Manaus) com a diretoria além das assembleias ordinárias da organização.

Nas assembleias, são expostos todos os trabalhos desenvolvidos pela instituição no decorrer do ano, e são definidos os rumos políticos da Secoya. A partir do ano de 2003, três Yanomami participam nas Assembleias na qualidade membros, podendo opinar, decidir e votar. Esse foi um grande passo dado rumo a autonomia, permitindo que os mesmo tenham uma visão mais apropriada da gestão dos programas e das questões políticas bastante complexas da questão indígena.

No programa de educação, são realizadas reuniões periódicas entre os professores de campo e a equipe de coordenação em Manaus, para se ter uma visão ampla do trabalho que vem sendo realizado, analisar as deficiências do setor, as dificuldades dos professores não yanomami em executar seu trabalho, as necessidades prementes a serem atendidas. Nesta oportunidade, são discutidas as dificuldades dos professores em relação à execução do plano de aula, a evolução do aprendizado dos alunos, a inserção do programa na comunidade, o êxito da metodologia empregada, o próprio aprendizado da língua pelos professores, etc...É uma ótima maneira de se ter uma boa visão dos acontecimentos, além dos relatórios periódicos produzidos pelos professores yanomami, não yanomami e coordenação de campo.

A SECOYA tem se colocado no âmbito das políticas públicas de maneira incisiva, visando com isso melhorar e estruturar uma base sólida para promoção dos trabalhos que vem desenvolvendo junto ao povo Yanomami. Por isso constantemente vem buscando firmar parcerias com organizações tanto governamentais quanto não governamentais, a fim de que através destas, possamos juntos obter maior representatividade e conseguir maior reconhecimento para os Yanomami.

Ao longo do tempo tem conseguido se firmar quanto instituição séria e idônea, e também vem solidificando as parcerias antigas e fazendo novas. A intenção recaiu na ação mais concreta para ativar a cooperação e troca de experiências nas áreas que atuamos, realizando encontros periódicos, o que muito nos ajuda no trabalho de divulgação e também na execução de muitos dos nossos projetos, além de que juntamos nossas experiências, nossos trabalhos com vista à melhoria do serviço que por nós é prestado.

### **Dinâmica de trabalho**

As articulações institucionais se dão por intermédio da diretoria e apoio institucional, bem como ocorrem através dos escritórios de apoio em Manaus, Santa Isabel e Barcelos, para viabilizar compras, materiais e contratar outros serviços necessários ao bom andamento das ações.

O acompanhamento e planejamento do trabalho de educação em campo são feitos pela equipe de coordenação, organizando os serviços, a escala dos professores, em função da situação de cada comunidade, de cada escola. Os profissionais de área em educação trabalham numa proporção de 3 dias de trabalho por 1 dia de folga, obedecendo a uma escala única de 60 dias em campo, por 20 dias na cidade (folga), já os funcionários do programa de saúde têm escala diferenciada, em função da necessidade de cobertura permanente dos postos de saúde, que vai de 45 dias a 90 dias trabalhados por 15 dias a 30 de folgas.

A coordenadora de campo acompanha o trabalho dos professores em sala de aula, assessorando e supervisionando os trabalhos dos professores napê (não-indígena) e Yanomami, verificando a implementação das metas e a aplicação da metodologia preconizada. Percorre dessa forma todas as comunidades em que temos escolas e sua permanência em cada aldeia é variada em função da demanda e necessidade de solucionar questões específicas.

A metodologia utilizada no trabalho educacional baseia-se na perspectiva dos alunos construírem um saber próprio, tendo como base fundamental a cultura tradicional, sendo esta completada pelos saberes da cultura dos brancos.

Isto significa que se aproveita a forma de repasse dos conhecimentos através da oralidade, para acrescentar novas formas de comunicação, com a introdução do processo de alfabetização na língua materna. Com isto, a leitura e a escrita passam a serem assimilados como novas formas de comunicação complementares. O cuidado maior é que esses novos conhecimentos não venham substituir as formas

tradicionais de expressão, de comunicação e de representação das relações de poder dentro da comunidade.

Aplicar essa metodologia, foi um desafio devido a grande rotatividade dos professores não Yanomami, o que dificultou um pouco a continuidade e consolidação do trabalho, pois todos têm um modo próprio de levar as aulas, embora sigam a mesma metodologia.

Chegamos à conclusão que obtivemos bons resultados neste campo, podemos usar como indicador disso, a comunidade de Pukima. Esta, até o ano passado, não contava com professores Yanomami capacitados para assumir as aulas. Atualmente, já têm professores Yanomami capazes de assumir de modo independente suas aulas de alfabetização para as crianças. Não há mais a necessidade da presença constante do professor não Yanomami.

Dentro do programa de Educação da Secoya, executamos o cronograma conforme segue abaixo, através do qual fizemos algumas classificações com relação ao nível de aprendizagem :

1ª Fase: Algumas aulas de psicomotoras; Alfabetização na língua Yanomami, conforme metodologia silábica que se baseia num sistema de fichas figurativas de 66 sílabas da língua yanomami. Cada sílaba é associada a palavras e, à medida do avanço do trabalho, se inclui sempre a sílaba já trabalhada. O método também contém uma série de ditados, leituras e exercícios variados.

2ª Fase: Em Português (Professores não Yanomami). A aprendizagem da Língua Portuguesa, introduzindo as letras não existentes no alfabeto yanomami e noções de gramática como: gênero, número, e a conjugação dos verbos regulares e irregulares mais usados. O aperfeiçoamento e aprofundamento dessas noções gramaticais se dão com exercícios variados, traduções, composições, ditados, leituras, etc... Os temas abordados são àqueles trabalhados nos livros bilíngües, e também temas políticos como a organização e o modo de viver dos Yanomami e dos napë (não-Yanomami), destacando os perigos das interferências e formas de organização da sociedade nacional.

3ª Fase: Em Matemática (Professor não Yanomami). Numa primeira etapa ensinam-se os números, (no ábaco): ordem numérica, relação número/quantidade e valor posicional. Em seguida, ainda no ábaco, ensinam-se a adição e subtração simples. Em algumas escolas os professores já estão trabalhando a multiplicação e a divisão simples, porém, este é um desafio que pretendemos introduzir na próxima etapa de acompanhamento às escolas. Além dos conteúdos básicos de alfabetização, também foi possível trabalhar temáticas básicas relacionadas a saúde, alimentação, lixo e iniciar o trabalho com a matemática.

A primeira fase é trabalhada pelos professores Yanomami, que desempenham com muita satisfação seus trabalhos. Com exemplos de seu cotidiano e anseio de seus alunos pela leitura, o professor Yanomami chega ao objetivo principal em pouco tempo. A segunda e a terceira fase são trabalhadas pelo professor não Yanomami, que são assessorados pela coordenação de campo, visando assim levar maior clareza dos assuntos abordados.

Os estágios em sala de aula e avaliação são classificados da seguinte forma:

**Pré-silábico** – Coordenação motora, uma vez que aprende a escrever sozinho passam para o próximo nível;

**Silábico** – quando já conhece as sílabas, conseguem lê pequenas palavras na língua materna e conseguem contar uma seqüência e reconhecer uma seqüência numérica;

**Alfabetizados na Língua** – quando é capaz de escrever pequenos textos, resolver pequenos problemas envolvendo a adição;

**Avançados (Bilingüe)** – a alfabetização na língua somada a leitura em português mínimo de 2 operações em matemática (adição e subtração) e ainda pequenas noções de multiplicação e divisão.

Aos poucos, fomos percebendo que cada escola, em cada região vai se construindo conforme suas necessidades e interesse e exigência por saber mais sobre a sociedade envolvente. Contribui em muito para o desenvolvimento dos mesmos.

Através dos dados que recebemos, visualizamos que o número de alunos frequentando a escola aumentou. O processo de alfabetização na língua materna acelerou-se em todas as comunidades atingindo a nosso ver um percentual satisfatório. O que nos deixa satisfeitos, e nos dar força para dar continuidade ao trabalho.

### **Estratégia educacional**

No sentido de propiciar uma compreensão adequada das questões educacionais propostas, faremos algumas considerações históricas vividas pelo povo e vinculada a fenômenos sociais. Um dos maiores desafios enfrentados na educação escolar Yanomami é dar continuidade ao processo que vem sendo realizado, construindo e ajudando na produção de um plano pedagógico adequado a realidade dos mesmos, ajustar nossos métodos educacionais à cultura do povo em questão e fazer com que o trabalho seja executado sem prejuízo algum à população. Nesse sentido, não podemos considerar apenas os aspectos formais da formação, mas sim a maneira pouco informal como esta se dá, por isso chamamos de educação diferenciada, ela é feita sem rótulos, sem tabus, construída a partir do conhecimento da realidade que os cerca. Vale nesse sentido a reflexão do Davi Yanomami:

*“Hoje os médicos, enfermeiros, professores brancos parecem mais sabidos que os Yanomami na cultura do branco. Mas quando Yanomami aprender também português e conhecer a sabedoria do branco, ele vai ser tão forte como qualquer enfermeiro, médico, professor. É isso” (...)(Davi Kopenawa, 1995 ).*

É importante fazer com que os Yanomami, vejam a educação escolar, não só como um mero instrumento de repetição, mas sim que acreditam na possibilidade da conquista de uma escola verdadeiramente indígena, especialmente para atender suas necessidades como instrumento de conscientização, resistência e afirmação cultural, enquanto povo etnicamente diferenciado, fortalecendo a sua estrutura étnico-política. Através desse processo diferenciado é que pretendemos passar conhecimentos necessários à relação entre a sociedade Yanomami e napë (não índio), sensibilizando os professores Yanomami a respeito da responsabilidade do seu papel como os principais agentes no processo de formação político-pedagógico. Este é então um poderoso instrumento no sentido de dar um largo passo em direção a sua autonomia.

Tendo em vista que aproximadamente 85% dos Yanomami em processo de escolarização nas oito aldeias onde atualmente já existe escola, estão na faixa etária de cinco a dezoito anos, nos leva a pensar a escola e os processos diferenciados de ensino – aprendizagem a práticas mais cabíveis para este público. Práticas que devem envolver a comunidade, pois nesse período de vida as crianças bem como os adolescentes Yanomami estão em uma estreita comunicação de reconhecimento próprio com sua família e a comunidade sobre os conhecimentos tradicionais, onde desenvolvem habilidades e atitudes em relação a diferentes aspectos sociais.



A escola que propomos trabalhar deve tornar-se de certo modo uma extensão do xapono (casa), onde os pais não sejam apenas comunicados das conseqüências dos trabalhos de seus filhos, mas que participem do planejamento, execução e avaliação de todo processo, ajudando assim aos educadores perceberem também o que os alunos e os pais esperam da escola.

Práticas escolares como esta exige da equipe da educação uma base sólida de conhecimentos e sensibilidade na discussão de propostas respeitando o universo social, político e cultural. As práticas devem estimular o interesse no dia-a-dia da educação escolar. O desenvolvimento das crianças e dos adolescentes na escola, requer além da criatividade, materiais didáticos e pedagógicos específicos, voltados para as áreas com as quais os professores pretendem trabalhar com seus alunos, criando uma relação entre desenvolvimento e conhecimento de maneira clara e específica, nas questões relativas às práticas ligadas aos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais.

### **Cursos de formação dos professores Yanomami**

Os cursos de formação, se deram através das parcerias entre SECOYA, CCPY, e Diocese de Roraima. Atendendo a uma demanda tanto de Roraima quanto do Amazonas. A mesma necessidade de autonomia e independência incentivou a formação de professores Yanomami, afim de que eles assumam o repasse dos conhecimentos necessários para atuação dos próprios Yanomami na saúde, educação, economia alternativa e a organização política com outras culturas.

Essa formação específica é uma forte demanda não só dos professores índios mas também de suas comunidades, que buscam uma educação qualificada para suas crianças, por tanto, o professor indígena deve ser formado também como um pesquisador, não só em relação aos aspectos relevantes de sua cultura, como também dos conhecimentos significativos nos outros campos do conhecimento.

Esse processo de formação tem se desenvolvido por meio de situações de formação presenciais e momentos não-presenciais, garantindo assim que o professor continue em atuação em sua escola, e transforme seu dia-a-dia em sala de aula em matéria de constante reflexão.

#### **Estão em formação atuante:**

<b>Nome do Professor</b>	<b>Nome do Xapono</b>	<b>Nome do Xapono de Atuação</b>
Antônio	Ajuricaba	Ajuricaba
Edgar	Ajuricaba	Ajuricaba
Rubinista	Ajuricaba	Ajuricaba
Vitorino	Ixima	Ixima / Kona
Batista	Ixima	Ixima
Manoel	Bicho-Açu	Bicho-Açu
Valdemar	Bicho-Açu	Bicho-Açu
Vicente	Bicho-Açu	Bicho-Açu
Daniel	Bicho-Açu	Bicho-Açu

Outros candidatos a serem professores ainda não terminaram a fase de alfabetização, ou ainda não estão prontos para ensinar, é o caso de:

<b>NOME</b>	<b>XAPONO</b>
Claudio	Pukima
Emerson	Pukima
Marielza	Pukima
Daniel	Raita
Estevão	Raita
Izaquiel	Kona
Jonas	Kona

### **Dificuldades**

1. A falta de recurso para tocar o projeto é a nossa principal dificuldade, apesar de contarmos com o apoio institucional dos nossos financiadores e algumas vezes com a ajuda da FUNAI, MEC e de outras organizações como a ABRIC e UNICEF, ainda dispomos de poucos recursos para a realização dos cursos de formação;
2. No ano de 2003, a partir da realização do III Curso de Formação, houveram mudanças no formato das parcerias articuladas entre Secoya, CCPY ,URIHI e Diocese de Roraima, uma vez que os problemas tidos na realização do mesmo promoveram uma reflexão sobre processos metodológicos mais coerentes e eficazes. Avaliou-se de fato que a reunião de grande número de professores, de línguas Yanomami distintas, além de onerar o custo, representava uma carga maior de dificuldades em diversos aspectos. (conflitos inter-clânicos; problemas de infra-estrutura; maior dificuldade de aprofundamento; etc..). Optou-se então, a partir desse momento que todo o processo de discussão política, de preparação dos cursos ( metodologia, conteúdo, aspectos pedagógicos) continuará através de uma articulação conjunta das entidades. Contudo, os cursos serão realizados por região, por cada entidade. A partir de 2004, a Secoya, ficou então com o desafio de promover o curso para os Yanomami do Marauíá e Demini.

### **Resultados obtidos com o Curso de Formação**

1. Finalização da III etapa do curso de formação dos professores Yanomami;
1. A promoção de intercambio cultural, pois o curso foi executado em Boa Vista, o que possibilitou os yanomami do Amazonas conhecerem a cidade, e seus companheiros de lá;
2. A interação entre os Yanomami de regiões distintas;
3. A participação dos professores não índios, o que muito os ajudou para ter uma formação a respeito da cultura e metodologias para trabalhar com os yanomami;
4. O trabalho foi desenvolvido nos 04 dialetos da língua yanomami, e ainda em português;
5. A projeção de assuntos que poderão ser trabalhados em cada aldeia, no decorrer do ano;
6. A apresentação, para os Yanomami, de como funciona o processo produtivo na sociedade capitalista, enfatizando pontos positivos e negativos da industrialização;
7. A apresentação de um documento, feito pelos yanomami, requerendo a demarcação das terras indígenas, Raposa Serra do Sol, a resolução do problema da retirada de carteiras de identidade, entregues pessoalmente ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

## V. PARCERIAS

Atualmente contamos com algumas parcerias para a realização dos trabalhos que executamos.

*No campo da educação e formação:* Estabelecemos parcerias com as instituições e organizações comprometidas com as causas sociais e ênfase no desenvolvimento de atividades político-pedagógico: Ministério da Educação-**MEC**; Conselho Escolar de Educação Indígena do Amazonas-**CEEI/AM**; \_ Secretaria Executiva de Educação-**SEDUC**; Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas-**COPIAM**; Secretaria municipal de educação e cultura de Barcelos-**SEMEC**; Prefeitura de Barcelos; entre outros.

*NO campo da política indígena e indigenista incluindo ações do projeto PDPI:* Mantivemos contatos regulares as seguintes instituições: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia-**COIAB**; Fundação Nacional do Índio-**FUNAI**; Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas-**PDPI**; Universidade Federal do Amazonas-**UFAM**; Comissão pró-Yanomami **CCPY**; Projeto Saúde Yanomami-**Urihi**; Instituto Brasileiro Pelo Desenvolvimento Sanitário-**IBDS**; Instituto Sócio-Ambiental-**ISA**; Comissão-Pró-Índio do Acre-**CPI/Acre**, Inspetoria Salesianas do Amazonas-**ISMA**; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado-**IDAM**, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-**INPA**; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-**IDAM**; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas **EMBRAPA**, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-**IBAMA**; Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

Com a municipalidade Santa Isabel, a relação é difícil em função das divergências profundas existentes no tocante a questão indígena.

*No campo da saúde:* Mantivemos relações regulares com todas as instituições envolvidas no processo de consolidação dos **DSEI's**: Distrito Sanitário Especial Yanomami-**DSY**; Fundação Nacional De Saúde-**FUNASA**; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-**INPA**, Hospitais regionais, Casa de Saúde Indígena-**CASAI's**, Secretarias Municipais de Saúde.

## EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS

A Secoya vem trabalhando arduamente para dar continuidade ao trabalho que vem exercendo, e com isso tem passado por todo um processo evolutivo, pois quanto maior é a demanda, mais trabalho tem-se a ser executado.

Ao longo do ano 2003, ocorreram mudanças nas sedes administrativas da Secoya de Manaus e Santa Isabel. Também, optou-se por criar as bases de uma Coordenação Institucional, que tem a importante função de nortear e articular as ações executadas nos diversos setores de trabalho, criando ainda um elo entre a diretoria e demais setores.

A coordenação de saúde foi extinta temporariamente na perspectiva de responsabilizar diretamente todos os membros da multidisciplinar composta por 2 médicos, 3 enfermeiros e 1 odontólogo. Também foi possível elevar o número de técnicos de enfermagem de 9 para 15 pessoas que atuam diretamente em área.

Firmamos novas parcerias, como é o caso da ANEPS, ganhamos mais representatividade no cenário público, graças a nossa atuação constante em instancias governamentais.

No trabalho que realizamos enfrentamos inúmeras dificuldades, de ordem política, econômica, social além da dificuldade de mantermos os profissionais em área. A especificidade geográfica faz com que as áreas de atuação da Secoya são de difícil acesso. As viagens são realizadas com voadeiras (motor de popa), tendo que enfrentar inúmeros obstáculos impostos pela natureza, tais como as cachoeiras, quedas d'água, sendo necessários vários dias para se chegar ao destino. Além disso, estas se tornam cada vez mais longas na medida que os rios secam na época da vazante, dificultando ainda mais o acesso a estas áreas, sendo necessário realizar viagens de mais de 15 dias para alcançar as aldeias, como é o caso no rio Padaurí. Além disso, depois do percurso pelo rio é comum termos que percorrer longas trilhas durante dias para alcançar as aldeias. As equipes de saúde, educação e auto-sustentação têm, nestes casos, que percorrer estes caminhos de pés.

No entanto, o nosso maior problema em 2003 se deu por conta da grande rotatividade de profissionais, não só na área de educação mas também no campo da saúde, por conta da especificidade de trabalho que desenvolvemos e o fato de que as pessoas, de modo geral, são pouco preparadas para este tipo de atuação, em ambiente isolado e distante dos familiares. É difícil encontrar recursos humanos capacitados para atuar em área indígena, que além de gostar do trabalho, o desenvolvam de maneira completa, sem prejuízos para a sociedade indígena, e nem para a organização. Nosso estado, apesar de ter representar o maior índice de concentração indígena do Brasil (30%), forma poucos profissionais para atuarem em tal área. Por conta dessa realidade, estamos com a obrigação de suprir por conta própria essa deficiência, oferecendo cursos de capacitação e sensibilização adaptados ao nosso trabalho.

O único meio de comunicação se dá via radiofonia entre a sede da Secoya, a representação regional da FUNAI e os diversos xaponos (comunidades) localizadas nas áreas que atuamos. Contamos com rádios em todas as bases da Secoya, o que facilita nossa comunicação e é de suma importância para viabilizar a execução das ações.

Sempre trabalhamos com um orçamento extremamente limitado, há trabalho a ser feito, mas não contamos com financiamento para tais realizações, como é o caso da contratação de mais funcionário de nível superior, construções de novas escolas, a promoção de mais cursos de capacitação e sensibilização, para os funcionários de um modo geral. Os problemas de ordem financeira nos limitam efetivamente em nossas ações.

Desde o final de 2003, a Secoya foi abalada pelas novas diretrizes implantadas pela FUNASA, atingindo todas as ONG's com a perspectiva da mesma assumir a execução das ações de saúde mas sem as devidas condições para tal. Isto gerou um mal-estar entre todos os funcionários do setor de saúde. embora isso esteja sendo resolvido, tem toda uma questão de instabilidade no ar.

Por conta desta instabilidade, é objetivo da Secoya fortalecer-se institucionalmente para estar preparada, em qualquer momento a repassar o Convênio para a FUNASA e ficar assumindo as ações de controle social e acompanhamento do desenvolvimento das ações em campo.

Além disso, a Secoya tem a perspectiva de abrir espaço para o ingresso de novos membros, e fazer com que os mesmos possam se envolver mais nas discussões políticas, contribuindo no processo de consolidação institucional da Secoya.

Acreditamos que no decorrer do ano de 2003, adquirimos mais experiência na gestão e execução dos três programas desenvolvidos e que conseguimos melhorar a qualidade das ações em campo. Contudo, ainda restam muitas deficiências, sendo necessário aprimorar o departamento de Coordenação Institucional a fim de garantir melhor monitoria das metas e objetivos propostos, assim como favorecer um clima de trabalho onde será dado maior respaldo ao caráter profissional e engajado de cada um que esteja atuando conosco neste desafio de lutar pela autonomia do povo Yanomami. Além disso, precisaremos favorecer melhor comunicação, tanto interna para os funcionários e colaboradores, quanto para fora, para os nossos parceiros, divulgando de modo mais sistemático os nossos trabalhos.

Será ainda preciso trabalhar na perspectiva de estabelecer novas parcerias, melhorando o nível de recursos financeiros e os apoios tanto da Cooperação Internacional quanto de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais no próprio país, para atender diversos objetivos que não conseguimos realizar até hoje.

Além disso, novas demandas políticas em termos de atuação na questão indígena num nível mais abrangente que apenas o povo Yanomami estão aparecendo para a Secoya. Teremos que realizar uma reflexão no sentido de avaliar a nossa possibilidade e/ou interesse em discutir novas propostas.

ANEXOS

Organograma da Secoya

